

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. 1013 /L-BR

entre

O Estado de São Paulo

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

(Data prevista)

Q

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor, Garantia

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 2005 ¹ entre o Estado de São Paulo da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um Projeto, a seguir denominado "Projeto", que consiste em contribuir para o desenvolvimento do ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

O Anexo Único apresenta os aspectos mais relevantes do Projeto.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

- (a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais e o Anexo Único, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, ou do Anexo Único ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais no Anexo respectivo, ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais ou dos Anexos ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.
- (b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Projeto. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

As partes concordam que a execução do Projeto e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria do Meio

¹ Esta data e as que aparecem depois não serão necessariamente as do texto definitivo, mas guardam entre si a mesma relação que haverá entre as que serão incluídas nesse texto uma vez indicada a data para a assinatura deste Contrato.

Ambiente do Estado de São Paulo que para os fins deste Contrato será denominada indistintamente "Mutuário" ou "Órgão Executor".

4. **GARANTIA**

Este Contrato fica sujeito à condição de que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", garanta, solidariamente e em condições que o Banco considere inteiramente satisfatórias, as obrigações de pagamento contraídas pelo Mutuário e assuma diretamente as que lhe correspondam de acordo com o Contrato de Garantia.

CAPÍTULO I

Custo, Financiamento e Recursos Adicionais

CLÁUSULA 1.01. Custo do Projeto. O custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 15.000.000). Salvo disposição em contrário neste Contrato, o termo "dólares" significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento. (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e este aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do Banco, até o montante de nove milhões de dólares (US\$ 9.000.000), que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Mútuo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR e poderá ser alterado para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável somente se o Mutuário e o Fiador decidirem realizar esta alteração de acordo com o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda. Não obstante o disposto nas cláusulas 1.02 e 3.01 (a) destas Disposições Especiais, se o Banco não tiver acesso à Moeda Única pactuada, este, em consulta com o Mutuário, desembolsará outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pelo Mutuário será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Projeto, é estimado em quantia equivalente a seis milhões de dólares (US\$ 6.000.000), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo.

CAPÍTULO II

Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito.

CLÁUSULA 2.01. Amortização. O Empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de março de 2010, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última dentro do prazo de 25 anos da data de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA 2.02. Juros (a) O Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará ao Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre ou Semestre, conforme o caso. Se o Mutuário decidir alterar sua escolha da taxa de juros para o Mecanismo Unimonetário, conforme o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário pagará juros a uma taxa que se determinará de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável.

(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, a partir de 15 de março de 2006, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03 Confirmação ou opção para alterar a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento. De acordo com o disposto no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, deverá confirmar para o Banco, por escrito, como condição prévia ao primeiro desembolso dos recursos do Financiamento, sua decisão de manter a opção de taxa de juros aplicável ao Financiamento conforme o estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) destas Disposições Especiais, ou sua decisão de modificar sua opção pela taxa de juros selecionada para a alternativa de Taxa de Juros Ajustável. Uma vez que o Mutuário tenha exercido sua opção, de acordo com o estipulado no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento, não poderá ser alterada novamente em nenhum momento durante a vigência deste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA 2.04 Recursos para inspeção e supervisão gerais. Durante o período de desembolsos, não serão alocados recursos do Financiamento para atender despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, em consequência da revisão que efetua semestralmente sobre os encargos financeiros dos empréstimos que concede e notificar ao Mutuário a respeito. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

CLÁUSULA 2.05. Comissão de crédito. O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito de 0.25% ao ano, conforme o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais. Este percentual poderá ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto no mencionado Artigo.

CAPÍTULO III

Desembolsos

CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos. (a) O Financiamento será desembolsado em dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco, para pagar bens e serviços adquiridos mediante licitação internacional e para os outros propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que o Mutuário cumpra, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os requisitos seguintes:

- (a) Um convênio firmado entre o Órgão Executor e a Fundação Florestal especificando os termos da participação desta no Projeto;
- (b) Evidência de entrada em vigor do Manual Operativo do Projeto de acordo com texto previamente acordado com o Banco.
- (c) Contratação de consultor individual especialista em turismo para apoiar a Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) durante os primeiros seis meses contados da vigência deste Contrato.

CLAUSULA 3.03 Condições contratuais especiais. O Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, se compromete a:

- (a) Contratar, dentro do prazo de seis meses da data de vigência deste Contrato, consultores² para apoiar a UCP nas ações relacionadas a negócios de turismo e marketing.
- (b) Contratar, antes do início da primeira obra a ser realizada com recursos do Financiamento ou dentro do prazo de seis meses contado da data de vigência deste Contrato, o que ocorrer primeiro, consultores para apoiar a UCP na supervisão das obras;
- (c) Contratar, dentro do prazo de seis (6) meses da data de vigência deste Contrato consultores para implantar o sistema de monitoramento e avaliação do Projeto previsto no Parágrafo 4.01 do Anexo Único.
- (d) Apresentar ao Banco, dentro do prazo de vinte quatro (24) meses da data de vigência deste Contrato, um Plano para criar, no âmbito do Órgão Executor, uma capacidade institucional permanente para a gestão do ecoturismo nos parques estaduais conforme o estabelecido no Parágrafo 4.01 do Anexo Único.

² O termo consultores está entendido por empresas de consultoria, agências especializadas, universidades, instituições de pesquisas e organizações não-governamentais.

- (e) Apresentar ao Banco, no prazo dos dois meses que antecedem a avaliação intermediária prevista na cláusula 4.05 destas Disposições Especiais as informações necessárias para realizar a mencionada avaliação.

CLÁUSULA 3.04. Reembolso de despesas a débito do Financiamento. Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuarem com o Projeto a partir de ³ _____ e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA 3.05. Prazos para início material das obras e desembolso dos recursos do financiamento

(a) O prazo para o início material das obras a serem realizadas com os recursos do financiamento será de três anos e seis meses contado da data de vigência deste Contrato.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos do financiamento será de quatro anos, contado a partir da data de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA 3.06. Fundo Rotativo.

Os relatórios e demonstrações financeiras referentes à execução do Projeto que o Mutuário deverá apresentar ao Banco, conforme o artigo 7.03 das Normas Gerais, deverão ser apresentados dentro dos sessenta (60) dias do encerramento de cada Semestre, e deverão incluir a informação contábil-financeira sobre a administração dos recursos do Fundo Rotativo de acordo com as normas exigidas pelo Banco.

CAPÍTULO IV

Execução do Projeto

CLAUSULA 4.01. Aquisição de bens e contratação de obras. Os bens e obras do Projeto devem ser adquiridos e contratados de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-4 ("Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), datado de 19 de janeiro de 2005 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

(a) Licitação Pública Internacional: Salvo disposição em contrário no inciso (b) desta Cláusula, as obras devem ser contratadas e os bens adquiridos de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições.

(b) Outros Procedimentos de Contratações e Aquisições: Os seguintes métodos poderão ser utilizados para a contratação das obras e aquisição de bens que, segundo o Banco, reúnem os requisitos estabelecidos nas disposições da Seção III das Políticas de Aquisições:

³ (data de aprovação do Empréstimo)

- (i) Licitação Pública Nacional, para obras cujo custo estimado seja inferior ao valor equivalente a dez milhões de dólares (US\$ 10.000.000) por Contrato e para bens cujo custo estimado seja inferior ao valor equivalente a quinhentos mil dólares (US\$ 500.000) por Contrato, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.3 e 3.4 de tais Políticas; desde que se apliquem as seguintes disposições: (i) os Contratos devem ser adjudicados ao concorrente cuja proposta foi avaliada como a mais baixa, sendo tal avaliação baseada no preço e, conforme apropriado, levando em consideração fatores similares àqueles dispostos nos parágrafos 2.51 e 2.52 das Políticas de Aquisições, sendo certo que a avaliação da proposta deverá basear-se sempre em fatores que possam ser quantificados objetivamente, e o procedimento para tal quantificação dever ser disponibilizado no edital; (ii) sempre que requerido pelo Banco, os editais de licitação devem ser publicados ao menos três dias consecutivos em um jornal de grande circulação no país; (iii) as disposições nos editais referentes a consórcios entre empresas brasileiras e estrangeiras devem ser previamente aprovadas pelo Banco caso a caso; (iv) os editais não poderão estabelecer, para o propósito de aceitação de propostas, faixas de preços; e (v) não será permitido ao contratante, sem a prévia não-objeção do Banco, emitir ordem que aumente ou diminua em mais de 15% os quantitativos originalmente previstos.;
- (ii) Comparação de Preços, para obras cujo custo estimado seja inferior ao valor equivalente a quinhentos mil dólares (US\$ 500.000) por Contrato, e para bens cujo custo estimado seja inferior ao valor equivalente a cem mil dólares (US\$ 100.000) por Contrato, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 de tais Políticas;
- (c) Obrigações em matéria de contratações e aquisições. O Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, se compromete a proceder à contratação das obras e aquisição dos bens de acordo com os planos gerais, as especificações técnicas, sociais e ambientais, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e sendo o caso, as bases específicas e demais documentos necessários para a convocação, a pré-qualificação ou a licitação; e no caso de obras, a obter antes do início das mesmas, com relação aos imóveis onde estas serão construídas, a posse legal, as servidões ou outros direitos necessários para iniciá-las, bem como os direitos sobre as águas que se requeiram para a obra de que se trate.
- (d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:
- (i) Planejamento das Aquisições: Antes de efetuar qualquer convocação para pré-qualificação ou licitação, conforme o caso, para a adjudicação de um Contrato, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, o Plano de Aquisições e Contratações proposto para o Projeto, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado cada doze (12) meses durante a execução do Projeto, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição dos bens e obras deverá ser efetuada de acordo com o referido Plano de Aquisições e Contratações aprovado pelo Banco e de

acordo com o disposto no referido parágrafo 1.

- (ii) Revisão ex ante: As aquisições de bens e contratação de serviços conexos, bem como de obras do Projeto serão revisadas de forma ex-ante, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Para tais propósitos, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar ao Banco evidência do cumprimento do estipulado no inciso (c) desta cláusula.
- (iii) Revisão ex post: Poderá ser acordado, entre o Mutuário e o Banco, a partir da avaliação intermediária prevista na cláusula 4.05 destas Disposições Especiais, que as aquisições e contratações do Projeto por montantes inferiores a US\$ 200.000 (duzentos mil dólares) serão revisadas de forma ex post, observado o disposto no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

CLÁUSULA 4.02. Manutenção. O Mutuário e o Órgão Executor se comprometem a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas e com o plano anual de manutenção previsto na cláusula 6.01 do Anexo Único; e (b) apresentar ao Banco, anualmente, durante o período de quatro anos contado a partir da data de conclusão da primeira obra do Projeto, um relatório sobre o estado das mesmas e dos equipamentos adquiridos que deverá incluir o plano anual de manutenção a que se refere a cláusula 6.01 do Anexo Único para o ano seguinte. Se ficar comprovado, com base nas informações recebidas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário e o Órgão Executor deverão adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Projeto distintas das previstas na Cláusula 3.04 até quantia equivalente a seiscentos e vinte mil dólares (US\$ 620.000), em serviços de consultorias para a execução do Projeto que tenham sido efetuadas antes de ____ mas após 30 de maio de 2004 desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Fica entendido que o Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Projeto a partir de ____ e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLAUSULA 4.04 Contratação e seleção de consultores. A seleção e contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-4 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), datado de 19 janeiro de 2005 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:

(a) Seleção baseada na qualidade e no preço: Salvo estabelecido de outra forma no inciso (b) desta Cláusula, a seleção e a contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as disposições da Seção II e dos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores aplicáveis à seleção de consultores baseada na qualidade e no preço. Para efeitos do disposto no

parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a quinhentos mil dólares (US\$ 500.000) por Contrato poderá estar conformada em sua totalidade por consultores nacionais.

(b) Revisão pelo Banco do processo de seleção de consultores:

- (i) Planejamento da seleção e contratação: Antes de efetuar qualquer solicitação de propostas aos consultores, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, um Plano de aquisições e contratações para seleção e contratação de consultores que deverá incluir o custo estimado de cada Contrato, o agrupamento dos Contratos e os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada doze (12) meses durante a execução do Projeto, e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A seleção e contratação de consultores serão efetuadas de acordo com o plano de aquisições e contratações aprovado pelo Banco e suas atualizações correspondentes.
- (ii) Revisão ex ante: As contratações do Projeto serão revisadas de forma ex-ante, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Para estes propósitos, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à consideração e aprovação do Banco o relatório de comparação das qualificações e a experiência dos candidatos, os termos de referencia e as condições de contratação do consultor. O consultor apenas poderá ser contratado depois de que o Banco tenha outorgado sua não-objeção.
- (iii) Revisão ex post: Poderá ser acordado, entre o Mutuário e o Banco, a partir da avaliação intermediária prevista na cláusula 4.05 destas Disposições Especiais, que as contratações do Projeto por montantes inferiores a US\$ 200.000 (duzentos mil dólares) serão revisadas de forma ex post, observado o disposto no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores.

CLAUSULA 4.05. Avaliação intermediária. O Órgão Executor efetuará uma avaliação intermediária aos vinte e quatro (24) meses contados a partir da data de vigência deste Contrato ou quando se tenham desembolsado 50% dos recursos do Financiamento, o que ocorrer primeiro, de acordo com o estabelecido no Parágrafo 7.01 do Anexo Único.

CLÁUSULA 4.06. Relatório de avaliação "ex post". O Órgão Executor apresentará ao Banco, no final do quinto ano contado a partir da data do último desembolso do Financiamento, um relatório de avaliação "ex post" sobre os resultados do Projeto, com base na metodologia e de acordo com as diretrizes ajustadas com o Banco.

CAPÍTULO V

Registros, Inspeções e Relatórios

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. O Mutuário se compromete a, por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Auditorias. (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, durante o período de execução do Projeto, as demonstrações financeiras do mesmo, serão apresentadas anualmente, devidamente auditadas por uma empresa independente de auditores aceita pelo Banco.

(b) A auditoria deverá efetuar-se de acordo com os termos de referência anteriormente aprovados pelo Banco (Documento AF-400) e em conformidade com a política e procedimentos do Banco para auditoria externa (Documentos AF-100 e AF-300). As despesas com auditoria serão efetuadas a débito do Financiamento 1, de acordo com o estabelecido no quadro de custos do Anexo Único. A seleção e contratação da firma auditora serão feitas de acordo com os procedimentos padrão (Documento AF-200) para firmas de auditoria externa.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. As partes concordam em que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra

em virtude deste Contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário para assuntos relacionados com serviço de Empréstimo:

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo
Coordenação de Administração Financeira – CAF
Endereço Postal:
Avenida Rangel Pestana, 300
5º Andar
CEP 01091-900
São Paulo-SP
Facsimile: (55 11) 3107-694

Do Mutuário e para assuntos relacionados com a execução do Projeto:

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Endereço postal:
Avenida Professor Frederico Hermann Junior 345 Prédio 1
6º Andar
CEP 05459-900
São Paulo-SP
Facsimile: (55 11) 3030-6233

Do Banco:

Endereço postal:
Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: 61 3225-4022

/OC-BR



CAPÍTULO VII

Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em três vias de igual teor em [Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América,] no dia acima indicado.

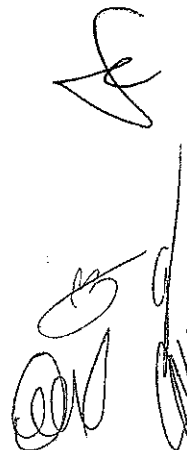
Estado de São Paulo

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Geraldo Alckmin
Governador do Estado de São Paulo

(Nome e título do Representante)

/OC-BR



ANEXO UNICO**Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo.****I. Objetivo**

- 1.01** O Projeto tem como propósito organizar as unidades de conservação da natureza como produtos turísticos para atrair, reter e satisfazer um mercado diversificado de visitantes, visando consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e em apoio ao desenvolvimento sócio-econômico da região.




Os objetivos específicos do Projeto são: (i) melhorar os equipamentos turísticos e a organização dos parques estaduais para a gestão do ecoturismo; (ii) organizar e consolidar o produto turístico na área de influência direta do Projeto; e (iii) fortalecer a capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e nos parques participantes no Projeto.

II. Descrição

O Projeto inclui os seguintes componentes:

2.01 Componente 1: Investimentos nos Parques Estaduais

Este componente prevê a revitalização e construção da infra-estrutura turística em seis parques estaduais do Estado de São Paulo: Parque Estadual Carlos Botelho (PECB); Parque Estadual Intervales (PEIv); Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR); Parque Estadual Jacupiranga (PEJ); Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC) e Parque Estadual Ilhabela (PEIb). As atividades a serem financiadas com recursos do Projeto incluem: a elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares, a execução das obras tais como alojamento, restaurantes, centros de recepção e interpretação ambiental, sedes administrativas e diversas obras menores para a implementação das atrações turísticas dos parques. Prevê-se que os serviços capazes de gerar receitas, que constituem "unidades de negócios" sejam objeto de participação do setor privado. No caso do Parque Estadual Intervales, prevê-se que a gestão das unidades de negócios seja feita diretamente pela Fundação Florestal.



- (a) Parque Estadual Carlos Botelho (PECB). No PECB as melhorias visarão a visita de turistas interessados na observação de aves e da natureza em geral. As obras serão executadas em duas zonas do Parque (Sete Barras e São Miguel Arcanjo). Na primeira prevê-se a construção de uma pousada ecológica (*ecolodge*); um restaurante; um *playground*, um galpão de uso múltiplo e outras edificações. Na segunda, será financiada a reforma da sede administrativa; a ampliação do auditório-centro de visitantes e a melhoria das zonas de serviço ao público, incluindo o alojamento; o restaurante, loja de conveniência e sanitários. Será também financiado o equipamento de uma via (“estrada-parque”) que atravessa parte do Parque, com mirantes, quiosques, áreas de piquenique, sanitários, vestiários e uma base para serviços de monitoria ambiental.
- (b) Parque Estadual Intervales (PEI). Na zona da sede do Parque prevê-se a reforma e ampliação de dois alojamentos (Pousadas Lontra e Mono Carvoeiro). Serão financiados projetos executivos para adequação do restaurante e para melhorias na área social, desportiva e de lazer. . Fora da zona da sede, nos núcleos Guapiruvú e Quilombo, serão construídos um portal e um centro de visitantes em cada local.
- (c) Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). No PETAR prevê-se a construção de um centro de interpretação, a reforma e construção de pequenas obras para a recepção, informação e orientação do visitante interessado em atividades de recreação em quatro núcleos: Santana, Caboclos, Ouro Grosso e Casa de Pedra. Nesses quatro núcleos serão construídos um portal de entrada, sanitários, mirantes e serão feitas melhorias na área de estacionamento. No núcleo Caboclos, uma antiga mina será adaptada como atração turística.
- (d) Parque Estadual Jacupiranga (PEJ). No PEJ, serão financiadas melhorias na infra-estrutura da área ao redor da sua principal atração turística – a Caverna do Diabo. Prevê-se a revitalização de um centro de interpretação ambiental e reformas no museu, restaurante, sanitários, estacionamento e áreas de lazer existentes, inclusive 6 chalés para uso dos funcionários do Parque. Na Caverna do Diabo, as obras incluem a melhoria da rede de alta tensão, dos sistemas de iluminação e de segurança para visitação da Caverna. Além disso, serão construídos portais para uma melhor orientação nas vias de acesso ao parque.
- (e) Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC). No PEIC, serão aproveitadas as oportunidades de lazer associadas ao mar e melhoradas as instalações para pesquisa dos ecossistemas marinhos. Com recursos do Projeto serão financiadas obras em quatro núcleos: Marujá, Perequê, Ilha da Casca e Cananéia onde serão reformadas as estruturas existentes de recepção, informações e orientação ao visitante. No núcleo Marujá, serão construídos um museu de cultura e música da região e um pier flutuante para uso da comunidade e dos turistas. No núcleo Perequê, será construído um pier de acesso e serão reformadas as instalações de recuperação e estudo de animais marinhos, os alojamentos coletivos e algumas

residências serão transformadas em pousadas. No núcleo Cananéia, será reformada a central de recepção, informações e reservas do Parque.

(f) Parque Estadual Ilhabela (PEIb). No PEIb, será restaurado um edifício histórico na região central da cidade, que servirá de sede do Parque e abrigará o centro de visitantes e interpretação ambiental. Serão financiadas melhorias na Estrada de Castelhanos compreendendo a instalação de portais, elementos de sinalização, mirantes e estacionamentos. No Arquipélago de São Sebastião, será criada uma trilha subaquática, incluindo a construção de dois piers e a sinalização do acesso.

Com recursos do Projeto serão financiadas obras comuns a mais de um parque, tais como: sistemas de trilhas, ; uma trilha de longo percurso ou “trilha do contínuo” e trilhas especiais como passarelas sobre mangue na Ilha do Cardoso; trilhas suspensas (*canopy-walk*) e circuitos de arborismo. Todas as obras nos parques serão complementadas com serviços de saneamento básico tais como sistemas de água potável, tratamento de esgoto e de água, redes de infra-estrutura elétrica e sistemas alternativos de energia e serviços de paisagismo e sinalização.

2.02 Componente de desenvolvimento e promoção do produto turístico da área de influência do Projeto

Com recursos do Projeto serão financiadas as seguintes atividades de assistência técnica e treinamento destinadas às comunidades; aos micro, pequenos e médios empresários turísticos, e aos municípios da zona de influência dos parques para fomentar sua participação nos benefícios do Projeto.

(a) Comunidades: (i) ao menos 12 cursos comunitários, e (ii) criação de oportunidades de intercâmbio de experiências entre as comunidades. Os cursos serão desenhados com um forte componente de apoio participativo e aplicações práticas dos conceitos compartilhados. A assistência técnica visará à identificação e desenvolvimento de oportunidades para a prestação de serviços turísticos; a melhoria da organização do produto turístico; ao apoio à elaboração de planos de negócios, e à identificação de fontes de financiamento.

(b) Micro, pequenos e médios empresários: (i) ao menos 6 cursos para gestores de empresas, atividades de assistência técnica individualizada para as empresas participantes, e (ii) ao menos 14 cursos para o pessoal de serviço de empresas turísticas. O treinamento visará a melhoria da organização e qualidade dos serviços e o acesso aos mercados turísticos.

(c) Municípios: (i) ao menos 9 seminários para técnicos municipais, e (ii) ao menos 6 projetos executivos com municípios para realizar obras para a melhoria de espaços e serviços municipais de interesse turístico. A assistência técnica e a

reclamações e denúncias; (iv) análise das possibilidades e modalidades de participação do setor privado na operação e gestão de serviços turísticos nos parques; e (v) desenho de mecanismos para maximizar o reinvestimento das receitas a título de atividades turísticas nos parques e facilitar sua utilização para continuar a melhoria da oferta turística e o controle de impactos indesejáveis.

Com base nos estudos e análises referidos nos parágrafos (a) e (b), a SMA apresentará ao Banco o Plano para a criação de uma capacidade institucional permanente no que se refere à gestão do ecoturismo. O Plano deverá indicar o orçamento correspondente e contar com a aprovação da autoridade competente.

III. Custo do Projeto e plano de financiamento

- 3.01 O custo do Projeto foi estimado em quantia equivalente a US\$ 15.000.000,00, cuja distribuição por fontes de financiamento e categorias de investimento está indicada no quadro seguinte:

Custo e financiamento (em US\$)

Tabela de Custos

	Categorias de Investimento	BID	Local	Total	%
I.	ADMINISTRAÇÃO PROJETO	530.000	643.000	1.173.000	7,8%
	UCP	110.000	643.000	753.000	
	Supervisão de Obras	420.000	0	420.000	
II.	CUSTOS DIRETOS	7.557.000	4.917.000	12.474.000	83,2%
	Investimentos nos Parques Estaduais	7.257.000	2.932.000	10.189.000	
	Produto Turístico Fora dos Parques	252.000	1.327.000	1.579.000	
	Fortalecimento da Capacidade de Gestão do Ecoturismo na SMA e nos Parques	48.000	658.000	706.000	
III.	CUSTOS CONCORRENTES	110.000	100.000	210.000	1,4%
	Auditoria	110.000	0	110.000	
	Monitoramento		100.000	100.000	
IV.	SEM ALOCAÇÃO ESPECÍFICA	803.000	0	803.000	5,3%
	Imprevistos	803.000	0	803.000	
V.	CUSTOS FINANCEIROS	0	340.000	340.000	2,3%
	Juros	0	300.000	300.000	
	Comissão de Compromisso	0	40.000	40.000	
	TOTAL	9.000.000	6.000.000	15.000.00	100,0%
		60,00%	40,00%		

IV. Execução do Projeto

- 4.01 O Órgão Executor do Projeto será a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo que instituirá a Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) para a execução

administrativa, financeira, contábil e técnica do Projeto, apoiada pela Chefia de Gabinete, ambas subordinadas ao Gabinete do Secretário.

- 4.02** A UCP será constituída por: (i) um Coordenador Técnico; (ii) especialistas que apoiarão tecnicamente o planejamento e as ações do Projeto; (iii) técnicos do Instituto Florestal e da Fundação Florestal que apoiarão a execução do Projeto (iv) outros técnicos da estrutura da SMA selecionados para funções específicas. Além da equipe, a UCP contará com o apoio de consultores² para ações relativas a negócios de turismo e marketing e para a supervisão, gestão e fiscalização das obras.
- 4.03** Caberá à UCP as funções e atividades de: (i) gerência, acompanhamento e avaliação das metas e ações estabelecidas nas diretrizes estratégicas do Projeto; (ii) elaboração e revisão dos projetos executivos com a assistência dos consultores especializados; (iii) elaboração de termos de referência e especificações para as atividades de assistência técnica, capacitação e obras menores; (iv) atuação como núcleo de apoio aos Parques para coordenar a visita pública aos mesmos; (v) cumprimento das medidas de prevenção e controle de impacto ambiental e social não desejáveis segundo os critérios e processos estabelecidos no Informe Ambiental do Projeto; (vi) operação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Impactos do Projeto (SIMAP) com o apoio de uma consultoria especializada; (vii) manutenção das contas bancárias do projeto; (viii) apresentação das solicitações de desembolso e justificações de despesas elegíveis; (ix) realização da administração orçamentária e financeira do Projeto, levando em consideração os procedimentos requeridos pelo Banco em relação a aquisições, registros contábeis, relatórios técnico/financeiros, e implementando um sistema integrado de administração financeira para a gestão dos recursos do Projeto; (x) manutenção de um sistema adequado de arquivo da documentação de apoio das despesas elegíveis para a verificação do Banco e dos auditores externos; (xi) acompanhamento dos processos de licitação, contratação e supervisão das empresas, consultores individuais e prestadores de serviços contratados; (xii) definição de procedimentos e instrumentos para a revisão, adequação e elaboração dos Planos Operacionais Anuais (POAs) e dos relatórios respectivos; (xiii) monitoramento do POA e análise do progresso do Projeto no tocante aos resultados e atividades dos investimentos programados, considerando os impactos socioeconômicos, financeiros e ambientais pertinentes; (xiv) manutenção de linhas de comunicação entre o Projeto e os diversos grupos interessados no mesmo; (xv) divulgação dos resultados do Projeto; e (xvi) elaboração da proposta de reforma institucional que permita à SMA adotar funções permanentes de gestão do ecoturismo nas unidades de conservação, indicada no Parágrafo 2.03.

² Termo consultores conforme definido no documento GN2350/4 de 19 de janeiro de 2005

4.04 A UCP, com o apoio de consultores, implantará, manterá e atualizará um Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Impactos do Projeto (SIMAP).

4.05 O Instituto Florestal (IF) e a Fundação Florestal (FF) também participarão do Projeto, devendo: (i) mobilizar técnicos para coordenar a execução das atividades financiadas pelo Projeto com os planos de investimento e de gestão dos parques pelos quais são responsáveis respectivamente; (ii) assegurar a participação do pessoal dos parques na execução das tarefas de treinamento, promoção, organização comunitária e demais atividades previstas, e (iii) manter uma relação estreita com as comunidades, municípios e pequenas e médias empresas turísticas, a fim de facilitar a execução das atividades de que participam.

4.06 Os Conselhos Consultivos de cada parque, e que contam com a participação de representantes da sociedade civil, dos setores privado e público, atuarão como ligação entre o Projeto e as comunidades bem como as organizações neles representadas, e poderão expressar suas opiniões e recomendações para melhorar o andamento do Projeto e o alcance e distribuição de seus benefícios.

4.07 Execução do componente de investimentos nos parques estaduais:

A SMA contratará consultores para a elaboração de estudos arquitetônicos e executivos para os centros de visitantes, alojamentos e restaurantes, e para o desenho arquitetônico e estrutural das obras menores, tais como os espaços de lazer, trilhas, manejo de cavernas para a visitação e outros. Empresas de engenharia contratadas pela SMA executarão as obras previstas no Projeto.

4.08 A gestão de unidades de negócio relacionadas com serviços turísticos (hospedagem, restaurantes, venda de artesanato) será licitada de forma a viabilizar a participação de pequenos e médios empresários da região. Para a operação dos serviços turísticos de menor porte, poderão ser contratadas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs).

Uma vez realizadas as licitações, poderão ser utilizadas duas modalidades de operação das unidades de negócios: "Permissão de Uso Qualificado" e os "Termos de Parcerias".

Para a operação das unidades de negócio como serviços de hospedagem, alimentação, comércio de artesanato, lojas e pequenos postos de entretenimento será utilizada a modalidade de Permissão de Uso Qualificado, precedida de

processo licitatório aberto a empresas privadas e/ou empresários individuais com fins lucrativos e não envolverá a transferência de recursos públicos.

No caso de lojas e pequenos postos de entretenimento a operação das unidades de negócio também poderá ser feita por meio de "Termos de Parceria", aberto a OSCIPs sem fins lucrativos.

4.09 Execução do componente de desenvolvimento e promoção do produto turístico da área de influência do Projeto:

As atividades de assistência técnica e treinamento para comunidades, micro pequenos e médios empresários turísticos e municípios poderão ser executadas tanto por OSCIPs quanto por empresas consultoras, selecionadas mediante processos licitatórios. Os critérios para a seleção dos beneficiários dessas atividades serão os seguintes:

Para as comunidades: (i) estarem inseridas na área de influência direta do Projeto; e (ii) apresentarem projetos para a prestação de serviços associados diretamente ao desenvolvimento turístico: produtos típicos, artesanato e serviços turísticos, entre outros.

Para os micro, pequenos e médios empresários turísticos: (i) pertencerem aos municípios da área de influência direta do Projeto e (ii) serem empresas ou associação de empresas de alojamento, gastronomia, atividades de lazer e desportivas, operadores de viagens, monitores, entre outros relacionados a atividade turística.

Para os municípios: (i) estarem localizados na área de influência indireta do Projeto³; (ii) ocupação nas áreas de planejamento e gestão de serviços básicos e áreas associadas a serviços e temas que afetam o turismo; e (iii) relação com as atividades e projetos a serem assistidos com as atividades do Projeto.

4.10 Componente de fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo na SMA e nos parques e insumos para uma estratégia de longo prazo. A SMA contratará os serviços de consultoria para a realização dos estudos e a prestação dos serviços de assistência técnica e treinamento previstos no Projeto.

V. Plano de Contratações

³ Os seguintes municípios fazem parte da área de influência do Projeto: São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Capão Bonito, Tapiraí, Ribeirão Grande, Guapiara, Iporanga, Eldorado, Apiaí, Barra do Turvo, Jacupiranga, Cananéia, Cajati e Ilhabela.

- 5.01 As aquisições e contratações do Projeto serão realizadas de acordo com um Plano de Contratações, devidamente aprovado pelo Banco, conforme disposto nos documentos GN-2349-4, Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo BID, e GN-2350-4 Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo BID, de 19 de janeiro de 2005. Este Plano será atualizado anualmente a partir dos 18 meses seguintes contados da data de vigência deste Contrato, ou com maior frequência quando surgirem mudanças substanciais e sempre cobrindo os 18 meses seguintes do período de execução do projeto. Qualquer proposta de revisão do Plano de Contratações deve ser apresentada ao Banco para sua aprovação.

VI. Operação e Manutenção

- 6.01 O propósito da manutenção é o de conservar as obras compreendidas no Projeto nas condições de operação em que se encontravam no momento de sua conclusão, dentro de um nível compatível com os serviços que devem prestar. O grau de manutenção das obras do Projeto será reportado por meio de planos e relatórios anuais.

O primeiro plano anual de manutenção das obras deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Projeto.

O plano anual de manutenção das obras deverá incluir (i) informação relativa às atividades de manutenção ou de controle da manutenção no caso desta ser realizada por terceiros, desenvolvidas durante o ano corrente e planejadas para o ano seguinte e (ii) um relatório sobre as condições da manutenção..

Os relatórios anuais de manutenção a que se refere a cláusula 4.02 das Disposições Especiais deste Contrato incluirão o plano correspondente ao ano fiscal seguinte.

- 6.02. A operação das obras financiadas com recursos do Projeto será responsabilidade do Estado de São Paulo, por meio da SMA. Não obstante, os custos de operação e manutenção associados com obras terceirizadas serão custeados pelos operadores privados. Os custos de operação e manutenção associados com obras que não podem ser terceirizadas (obras de água e saneamento, centros de visitantes, edificações administrativas, elementos paisagísticos, etc.) serão operadas e mantidas com os recursos do Estado de São Paulo.

VII. Avaliações

- 7.01 A Avaliação Intermediária referida na Cláusula 4.05 das Disposições Especiais deste Contrato, se concentrará no seguinte: (i) revisão do progresso alcançado no estabelecimento de uma política de tarifas e reinvestimento de receitas geradas pelo turismo nos parques; (ii) evolução da capacidade institucional da SMA para

atuar eficazmente na gestão da atividade turística dos parques; (iii) progresso alcançado no envolvimento do setor privado na operação das instalações de hotelaria, restaurante, etc.; (iv) evolução do grau de participação das comunidades – e em particular da mulher – na distribuição dos benefícios da atividade turística; (v) avaliação do desempenho das unidades de negócios; e (vi) revisão do cronograma de execução e ajuste do alcance da segunda metade do Projeto.

- 7.02** O relatório de avaliação *ex post* a que se refere a Cláusula 4.06 das Estipulações Especiais será elaborado com a utilização de indicadores de impacto em base a um período de cinco anos a partir da finalização de execução do Projeto. A SMA contratará, oportunamente, os serviços de uma consultoria para realizar este trabalho segundo termos de referência e processos acordados com o Banco. Os termos de referência preliminares serão incluídos junto com as informações preparatórias para o Informe Intermediário, para consideração do Banco.



Empréstimo Nº ____/OC-BR
Resolução Nº ____/_

CONTRATO DE GARANTIA

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Empréstimo ao o Estado de São Paulo

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo
na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

[data]

LEG/OPR1/IDBDOCS#555036

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten mark]

CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 2005, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

Que através do Contrato de Empréstimo N° ____/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em _____, entre o Banco e o Estado do São Paulo (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Financiamento até à quantia de nove milhões de dólares (US\$9.000.000) a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações de pagamento do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste Instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações de pagamento tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Financiamento, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações de pagamento não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.
2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir que sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.
3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.

A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, à qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

/OC-BR



4. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, de forma ampla, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Financiamento;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Financiamento, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa;
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

5. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos, ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato, como o Contrato de Empréstimo, estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

6. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída para com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações assumidas no Contrato de Empréstimo. Conseqüentemente, em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita à qualquer notificação ou interpelação, nem à qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. Este, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir, ciente, igualmente, de que não ficará desobrigado se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

7. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

8. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida à sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo IX das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

9. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
EE.UU.

Facsímile: (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
Brasília - D.F. - Brasil
70.048-900

Facsímile: (061) 412-1740

/OC-BR



2

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em _____, na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

[nome da pessoa que assina]
[cargo da pessoa que assina]

Enrique V. Iglesias
Presidente

/OC-BR

